A SOBERANIA DE DEUS  
  
Em contraste com a primeira e a segunda geração de reformadores, teólogos reformados da pós-Reforma dedicam bastante atenção à soberania ou majestade de Deus. Esse atributo, à semelhança de todos os outros considerados anteriormente, é uma propriedade interior que pertence essencialmente a Deus. Apesar disso, com frequência os estudos deles sobre a [majestade de Deus] chamam atenção para a manifestação exterior desse atributo. Charnock utiliza a palavra “soberania” com mais frequência do que “majestade”, mas é certo que se sente a vontade para empregar a palavra “majestade” para descrever esse aspecto do ser de Deus. Em sua exposição sobre a soberania de Deus, Charnock inicia asseverando a existência de uma soberania tríplice em Deus: a natural e, consequentemente, absoluta sobre todas as coisas; a espiritual ou graciosa, que é a soberania que Deus tem sobre a igreja; e a gloriosa (i.e., escatológica), designando o reino de Deus em seu reinado sobre os santos no céu e os pecadores no inferno. "A primeira soberania está baseada na natureza; a segunda, na graça; a terceira, no que diz respeito aos bem-aventurados, na graça e, no que diz respeito aos condenados ao castigo eterno, no demérito que há neles e na justiça que há nele".  
  
Deve-se fazer distinção entre a soberania de Deus e o seu poder. Este último faz referência à sua capacidade de efetuar certas coisas, ao passo que a primeira designa sua prerrogativa régia de fazer o que lhe agrada. O poder físico de Deus é mais bem descrito como onipotência, mas o poder moral de Deus precisa ser entendido como sua soberania ou senhorio. Ao exercer seu poder soberano, Deus faz com que todas as criaturas lhe estejam sujeitas; ao exercer sua soberania, Deus possui um direito soberano de subjugá-las. Como no sentido estrito não existe nenhuma distinção de atributos em Deus, não se pode entender a soberania de Deus a menos que os atributos sejam todos associados à perfeição da soberania.

Assim, por exemplo, a bondade de Deus tem relação com sua soberania à medida que “ele jamais pode usar sua autoridade senão para o bem das criaturas e para conduzi-las até seu verdadeiro objetivo”, de modo que sua bondade se manifesta em sua soberania. Ainda mais relevante é o fato de que reconhecer Deus como Deus é reconhecer sua soberania, pois ele não pode ser Deus se não possuir soberania na essência do seu ser. Conforme observado por Charnock, “é tão possível para ele não ser Deus quanto o é não ser supremo [...] Imaginar um poder infinito sem uma soberania suprema é imaginar uma estátua majestosa e desprovida de sentidos, apta para ser contemplada, mas inapta para ser obedecida”. A soberania de Deus é, portanto, um atributo essencial e incomunicável porque nenhuma criatura consegue exercer devidamente todos os aspectos anteriormente mencionados da soberania. A natureza divina fornece a base para a soberania, pois naquela natureza Deus é infinito, imutável, poderoso, santo, onisciente, eterno etc. Esses atributos requerem a soberania de Deus sobre todas as coisas.

Ao contrário dos homens, que derivam sua soberania de Deus (Gn 1.26; Rm 13.1), em sua soberania Deus é totalmente independente, visto que ele mesmo é independente. Como consequência de sua independência, a soberania de Deus é necessariamente absoluta, ou seja, é ilimitada a autoridade que Deus possui como Deus. A medida que Deus exerce sua soberania, seus outros atributos (p. ex., sabedoria, justiça e bondade) estão todos presentes no exercício dessa soberania, o que significa que sua soberania não é tirânica, opressiva ou impiedosa, mas perfeitamente boa, justa e sábia. Conforme assinalado por Charnock, “Todas as vezes que exerce seu direito soberano, ele nunca está desacompanhado daquelas perfeições de sua natureza”. Por esse motivo, a medida que Deus exerce soberania sobre suas criaturas, inclusive sobre a vontade dos homens, é uma soberania que nunca deve ser entendida como poder bruto, mas como poder revestido da beleza do ser santo de Deus, visto que nele não existe nenhuma divisão de atributos. Por essa mesma razão, é eterna a soberania de Deus, inclusive sua soberania sobre os seres humanos no céu e no inferno. Há uma necessidade ontológica de que o homem permaneça sob a lei moral de Deus.

As obras divinas ad extra são uma exibição de sua soberania. Se alguns homens creem e outros não, isso ocorre porque em sua soberania Deus decretou que devia ser assim. Se alguns homens possuem certos dons que outros não possuem, o motivo é a prerrogativa divina de Senhor soberano que faz o que lhe agrada em quem ele quer. Até a exaltação de Cristo manifesta a soberania de Deus. A outorga de autoridade total a Cristo (Mt 28.18; Ef 1.22; Ap 3.21; Jo 5.22), de acordo com a determinação e a vontade de Deus, foi o ato de alguém que em virtude de sua soberania tem liberdade de fazer algo assim. O ato de dar ou recompensar é testemunho da soberania da pessoa que dá e recompensa (Hb 11.6). Assim, há uma distinção entre a soberania essencial de Deus e a soberania econômica que pertence a Cristo. Além do mais, o ato de castigar o pecado é inevitável por causa da soberania de Deus. Ele possui autoridade para lançar pecadores impenitentes para sempre no inferno, onde o caráter terrível do castigo divino será consistente com sua soberania suprema. Mas o motivo de Deus não lançar imediatamente pecadores no inferno é sua demora em se irar, ou seja, Deus é paciente. Esse é o último atributo que Charnock analisa em sua obra magna.  
  
Fonte: Teologia Puritana, pág. 132-134. Edições Vida Nova.